

O SR JOAO BAPTISTA BOTELHO — Na oportunidade, discutirei também o problema dos juros. Discordo completamente do critério de baixá-los, após aprovado o contrato pela Assembléa. Estudarei esse problema, que continuo não entendendo.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o nobre deputado Cardoso Alves. S. Exa. dispõe de trinta minutos.

O SR. CARDOSO ALVES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, vamos tentar começar por onde terminou o nobre deputado João Batista Botelho: a Assembléa não tem culpa.

Ao que se infere das explicações do nobre líder da maioria, eminente deputado Hilário Torloni, a culpa é da Assembléa Legislativa, quanto aos juros, evidentemente. Assinado o contrato pelo Governo do Estado, pelo Poder Executivo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico forneceu os materiais à Estrada de Ferro Sorocabana. E sobre esses materiais a Estrada paga juros de 12%. Por que? Porque, segundo o parágrafo 2.º da cláusula 9.ª, "a taxa será elevada de 1% independentemente de aviso extrajudicial ou interposição judicial, e sem qualquer prejuízo da exibilidade da dívida e demais cominações de direito e deste contrato, no caso de impuntualidade do credente no pagamento de qualquer das prestações do principal e acessórios, sendo contados os juros com elevação da taxa desde a data do vencimento da obrigação não paga até a data da regularização do contrato, se o Banco concordar com a purgação da mora e não preferir exigir imediatamente toda a dívida na forma da cláusula 14.ª".

O Banco poderia exigir o pagamento de toda a dívida; poderia rejeitar a purgação da mora, ou, então, cobrar juros de 12%, não os juros com taxa reduzida de 8,5%, nos termos do "caput" da cláusula 9.ª, se o Estado deixar de pagar pontualmente alguma parcela vencida ou vincenda. Foi o que ocorreu. O Estado recebeu os materiais especificados no contrato.

O Banco debitou o Estado da importância correspondente a esses fornecimentos. E, desde então, cobra juros de 1% nos termos do parágrafo 2.º da cláusula 9.ª. Tudo isso previsto, evidentemente, no contrato. Por que isso, agora? Porque o Estado não pode, antes de o contrato ser aprovado pela Assembléa e registrado pelo Tribunal de Contas, a pagar os juros vencidos. Logo que o Estado os pague, logo que a Assembléa Legislativa aprove o contrato e o Tribunal de Contas o registre, o Estado está apto a efetuar esse pagamento. Nesse instante, então, haverá a redução das taxas de 12% para 8,5%, nos termos do "caput" da cláusula 9.ª.

Então, a culpa do pagamento dos juros à taxa de 12%, e não à taxa de 8,5%, cabe exclusivamente à Assembléa. O Governador Carvalho Pinto propôs a aprovação do contrato, mas a oposição de então, liderada pelos homens que lideram, hoje, a situação, impediu, procrastinou, evitou a votação do projeto. Por isso, cabe, evidentemente, como diz o nobre deputado Hilário Torloni, culpa à Assembléa Legislativa pelo acréscimo de juros pagos pelo Estado de São Paulo — porque a Assembléa não aprovou em tempo hábil o contrato, impedindo o seu registro pelo Tribunal de Contas, obstaculando, portanto, o pagamento, por parte do Estado, das parcelas vencidas anteriormente.

O Sr. Hilário Torloni (Com assentimento do orador) — V. Exa. poderia provar a afirmação que faz de que a oposição de então, por mim liderada, obstaculou a aprovação e a tramitação desse processo?

O SR. CARDOSO ALVES — No bojo do processo há algumas provas, como, por exemplo, o requerimento de autoria de V. Exa., às fls. 16 dos autos do processo, no qual V. Exa. requer o adiamento, por cinco dias, da discussão e votação do projeto de lei n.º 413-61.

O Sr. Hilário Torloni — Cinco dias em 2 anos.

O SR. CARDOSO ALVES — Mais adiante, no exame do processo nas comissões, outro Sr. deputado, o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso, então proeminente e eminente membro da minoria parlamentar, requereu vista do processo, impedindo sua votação em tempo hábil pela Comissão de mérito.

O Sr. Hilário Torloni — Por quantos dias?

O SR. CARDOSO ALVES — Vamos procurar o pedido de vista do nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso. Foi na reunião do dia 21-3-61.

O Sr. Hilário Torloni — Nas comissões o pedido de vista não pode ser superior a 3 dias.

O SR. CARDOSO ALVES — Três dias requeridos por V. Exa. e mais 3 dias requeridos pelo nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso, são 8 dias. E de 5 dias em 5 dias, de 3 dias em 3 dias, de grão em grão a galinha vai enchendo o papo. Enquanto isso o Estado vai pagando juros. Porque? Porque o projeto não pôde ser examinado em tempo hábil. Quando era tempo para que toda a Assembléa descobrisse da necessidade inadiável da aprovação do projeto. E como andava o projeto? Andava a poder de relatores especiais requeridos sucessivamente pelo nobre deputado Chaves de Amarante, líder da maioria de então, e pelo nobre deputado André Nunes Júnior. Não fossem aqueles expedientes e neste instante o projeto não estaria sendo examinado pela Assembléa. Já teria sido aprovado. E' que o projeto não foi então examinado em todos os seus ângulos, não obstante os pedidos de vista e de adiamento naquela época. E somente agora, graças aos esclarecimentos constantes dos autos do processo, é que alguns eminentes Srs. deputados desta Casa, graças ao esforço do nobre deputado Blota Júnior, que pediu esclarecimentos à Sorocabana, graças à boa vontade do Sr. Secretário de Transportes, que enviou esses esclarecimentos a esta Assembléa, é que podemos examinar desta maneira esta proposição. Por que não se votou anteriormente o projeto?

Por que ele se encontra somente hoje sob o exame deste Plenário? Justamente porque em épocas anteriores nem todos os Srs. deputados puderam examiná-lo de maneira a concluir pela necessidade que tem o Estado de ver consumado este contrato, de vê-lo definitivamente registrado pelo Tribunal de Contas, para livrar-se, assim, da sobretaxa de juros a que está sujeito pelo parágrafo 2.º da cláusula 9.ª do contrato.

Al está, Sr. Presidente e Srs. deputados, o que de fato ocorre sobre este projeto. O nobre diretor da Estrada de Ferro Sorocabana deu aqui alguns esclarecimentos. Parece-me que ele também não está muito dentro do assunto, porque não ofere de maneira completa e cabal. Ele tangencia o assunto...

O Sr. João Batista Botelho — Peneira-o.

O SR. CARDOSO ALVES — ...peneirando-o, como lembra o nobre deputado João Batista Botelho, para prestar à Assembléa alguns esclarecimentos. Por outro lado, quando S. Exa. se dirigiu ao Secretário dos Transportes, o ex-deputado Dagoberto Sales, também a sua informação deixou muito a desejar, eis que concluiu até o presente momento a Estrada de Ferro Sorocabana não pagou nenhuma prestação de amortização. Mas se examinarmos todo o teor de sua informação, constante aqui de folhas 38, verificaremos que ele não sabe que a Estrada recebeu as especificações. Daí o esforço do nobre líder Hilário Torloni em comparecer, em parte, perante o nobre deputado João Batista Botelho, honrando com os seus esclarecimentos...

O Sr. Hilário Torloni — A honra é sempre minha.

O SR. CARDOSO ALVES — ...com notas tomadas a respeito do assunto, e esclarecendo de maneira definitiva este Plenário, dizendo que a Estrada já recebeu boa parte, ou até mesmo a totalidade dos materiais pretendidos, que esses materiais já estão instalados na Estrada de Ferro Sorocabana, já estão trazendo ao povo de São Paulo os benefícios pretendidos então pelo eminente governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto que, em tempo hábil, mandou para a Assembléa a aprovação do contrato, que somente não foi examinado de maneira cabal, porque alguns Srs. deputados pretenderam então descer a pormenores que não obliteram naquela época, e o projeto foi engavetado e aí deixado por algum tempo, sem que a Assembléa pudesse examiná-lo em definitivo, apondo-lhe a sua aprovação para o competente registro no Tribunal de Contas.

Mas o assunto ficou plenamente desvendado. O aparte do nobre deputado Hilário Torloni é esclarecedor, o que não ocorre com a carta do diretor da Sorocabana ao nobre deputado Blota Júnior, que não diz coisa nenhuma, que não presta nenhum esclarecimento, somente dá o fato, conta o milagre, mas não diz quais são as causas, o que não acontece com a carta do mesmo senhor ao Secretário de Estado, dizendo que a Estrada não pagou nenhuma gratificação, mas não dizendo que ela já recebeu as especificações. O diretor da Estrada parece que não está a par do assunto, embora o nobre deputado Hilário Torloni o tenha esclarecido agora, através de aparte que deu a V. Exa.

O Sr. Hilário Torloni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre deputado Cardoso Alves, ocorreu o inverso. Quem ignorava o assunto era eu e quem me esclareceu foi o ilustre diretor da Estrada de Ferro Sorocabana, Dr. Urbano de Pádua Araújo, que foi quem me enviou os dados que no nobre deputado João Batista Botelho reclamou e muito justamente — na sessão de ontem. O ilustre diretor da Estrada de Ferro Sorocabana foi quem se apressou a me enviar os dados. Eu apenas fui o veículo dessas informações do ilustre diretor da Estrada, que, aliás, já funcionava na direção da ferrovia no governo passado. E' um homem que construiu sua vida inteira na Sorocabana, tem quase 30 anos na Sorocabana, conhece todos os problemas daquela ferrovia e não teve, portanto, dificuldade alguma em me fornecer os dados que, em aparte que me concedeu o nobre deputado João Batista Botelho, ofereci à consideração de S. Exa. e desta Casa.

O SR. CARDOSO ALVES — Pois eu folgo em ter esse esclarecimento de V. Exa. Sou levado, então, a um exame mais profundo da carta que S. Exa. dirigiu ao nobre deputado Blota Júnior. O que diz S. Exa. 2.º (LE) "Tendo em vista os termos do douto parecer emitido por V. Exa., na qualidade de relator especial, designado para se pronunciar, pela Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei n.º 413, de 1961 (parecer n.º 405-61, publicado no "Diário Oficial" de 30-3-63, página 56) que conclui pela audiência do Executivo, para que pondere sobre a conveniência de retificar o contrato, a fim de que não haja prejuízo para a própria administração, pelo fato de já se terem vencido três prestações, peço vênia para esclarecer a V. Exa. que o financiamento do B.N.D.E. depende apenas para a sua efetivação, da aprovação por essa Coléda Assembléa, do projeto que aprova o contrato e seu consequente registro pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado".

E' o diretor da Estrada de Ferro Sorocabana que disse que o financiamento do B.N.D.E. depende, para a sua efetivação, da aprovação desta Assembléa. Posteriormente vem o mesmo diretor — agora pela palavra do nobre deputado Hilário Torloni — dizer que o financiamento já se efetivou. Então, primeiro ele diz que o contrato depende, para ser efetivado, da aprovação da Assembléa e, posteriormente, novos esclarecimentos são prestados, através do nobre deputado Hilário Torloni, que repete esclarecimentos desse mesmo diretor, dizendo que o financiamento já foi efetivado.

Mas a matéria, Srs. deputados, parece-me que está devidamente atualizada graças às perquirições do nobre deputado João Batista Botelho, que apertou o diretor da Sorocabana, o qual foi obrigado a vir com novos e imprescindíveis esclarecimentos pe-

rante esta Assembléa. Já ficamos sabendo de tudo, isto é, que a Sorocabana já recebeu boa parte das especificações, que esse material já se encontra instalado na Estrada de Ferro, que o Governador Carvalho Pinto já requipou a estrada, conforme pretensão, que a direção anterior já deu bom e cabal cumprimento à parte que lhe competia, restando, agora, a esta direção, pleitear da Assembléa a aprovação do contrato e o seu registro no Tribunal de Contas, para livrar-se da sobretaxa de juros. Isso ocorrerá quando a Sorocabana pagar as prestações vencidas. Então o contrato será regularizado e a taxa de juros será reduzida para 8,5, conforme disposto na cláusula 9.ª. Agora está tudo esclarecido. Mas houve necessidade de o nobre deputado João Batista Botelho vir a esta Assembléa e reclamar maiores esclarecimentos, apertar a direção da Sorocabana, para que comparecesse, através da maioria, com novos esclarecimentos que não prestou ao deputado Blota Júnior e que não prestou ao Sr. Secretário Dagoberto Sales e que não constam do bojo dos autos. E', portanto, uma nova peça, esta que deve ser assentada, do aparte do nobre deputado Hilário Torloni, no discurso do nobre deputado João Batista Botelho. São novos esclarecimentos precisos, imprescindíveis, para que a Assembléa sinta a necessidade da aprovação do projeto de lei. Anteriormente, isso não seria possível. Pretenderam que os deputados fossem adivinhos e atiraram-nos à inteligência uma teste que não poderia de maneira alguma ser resolvido sem os esclarecimentos do diretor da Estrada de Ferro Sorocabana, através da palavra fluente do nobre deputado Hilário Torloni. Agora, sim, a matéria aí está e a Assembléa deve, Srs. deputados, aprovar o presente projeto. Mas ontem poderia ter sido aprovado o presente projeto. Se a maioria aqui estivesse poderia votar o projeto. E ainda hoje. Mas não ocorre isso. Querem aprovar com os votos da oposição. E' a oposição que está aqui.

São sempre os mesmos deputados. A maioria, infelizmente, não está dando número para exame da matéria. Ontem, numa verificação de presença, 25 deputados da minoria responderam à chamada. Os outros não eram. Estavam aqui os nobres deputados Hilário Torloni e Blota Júnior, que sempre estão presentes. Os outros deputados, aqueles que compõem o grosso da maioria, quer dizer o grosso das hostes situacionistas são aqueles partidos que se somam ao P.S.P. e que são conduzidos pela máquina pessepista e que são os grandes vagões que compõem a expressão numérica da maioria parlamentar, estes não se encontravam aqui. Por um motivo ou por outro, estavam ausentes. Dizem até que um dos partidos estava em conferência com o governador, tratando de nova Secretaria de Estado ou até mesmo da Presidência do IPESP. Fala-se a boca pequena deste assunto.

Tem o aparte o nobre deputado João Batista Botelho.

O SR. JOAO BATISTA BOTELHO — Nobre deputado, qual seria a razão da ausência constante desses deputados situacionistas? Deve haver algum motivo para essa ausência constante, porque são sempre os mesmos deputados que não comparecem. Será que não há uma explicação para essa ausência permanente? São sempre os mesmos que faltam à sessão.

O Sr. Roberto Cardoso Alves — E' o desgosto. Estão desgostosos. Sofregamente aquiesceram ao convite do Governador Adhemar de Barros para se assentarem à sua mesa e lá foram, guardanapinhos no peito, talheres em punho, prato à frente e não tinham descoberto o principal, que o queijo é do P.S.P. e que o Sr. Adhemar de Barros, quando parte o queijo, dá as fatias gordas ao P.S.P. e os outros partidos, que se somam ao P.S.P., têm que se contentar com as cascas e parece-me que agora estão em estado de subnutrição e não se aguentam mais de tão desgostosos, e faltam ao nobre deputado Hilário Torloni, que se vê às voltas e necessitará, para a aprovação deste projeto, da boa vontade da minoria parlamentar, da compreensão da minoria parlamentar. Aí então a homenagem. que nos presta, vindo à Assembléa prestar a V. Exa., como ativo membro da minoria, o esclarecimento que prestou e que, sem dúvida alguma, coloca uma pá de cal sobre o assunto, no que diz respeito à sua parte técnica, mostrando a necessidade que tem a Assembléa de aprovar o projeto, o dever mesmo que têm os deputados, para economizar para o Estado de São Paulo, para não beneficiar mais o B.N.D.E., beneficiando o Estado e permitindo o competente registro pelo Tribunal de Contas.

Mas eu acredito que o desgosto continuará entre os deputados da maioria, continuará grassando no grande comboio dos nobres deputados Hilário Torloni e Blota Júnior. Por mais que se esforcem os maqui-nistas, por mais que trabalhe a máquina pessepista, os eixos dos grandes vagões precisam ser engraxados e parece que não está havendo uma lubrificação condigna. Por isso está emperrado, é necessário promover uma lubrificação maior, mais óleo, mais graxa, e aí então o trem deslizará mansamente sobre os trilhos. Daí, nobre deputado Batista Botelho, as verificações de presença repetem-se e se não for o alento da minoria parlamentar com o seu patriotismo, com a sua compreensão, comparecendo para dar número às votações, eu não creio que o nobre deputado Hilário Torloni, por si ou pela maioria parlamentar, somente, logre aprovação do presente projeto.

O nobre deputado Selton Borges dos Reis lembra-me que é um rôlo compressor, mas é um rôlo compressor que não funciona sempre, é um rôlo compressor que para funcionar precisa ser empurrado e parece que o Governo não está disposto a empurrar muito este rôlo, não está disposto a conceder tanto e os senhores deputados estão compreendendo que o queijo é mesmo do

P.S.P. do Partido Social Progressista e é não dá queijo ao P.S.B., ao P.R. a boa parte do P.D.C. que também comparece nos Campos Elisios — alguns — portanto as suas melhores intenções para obter também algumas vantagens...

O Sr. Batista Botelho — O P.T.B.!

O SR. CARDOSO ALVES — O P.T.B., o P.T.B. é um caso sério; o P.T.B. conseguiu no cenário político nacional a conjugação de duas posições absolutamente antagonicas, absolutamente inconciliáveis, o P.T.B. serve ao Sr. Adhemar de Barros, que comanda as forças mais ranciosas e conservadoras do país e de São Paulo, e com que devoção serve o Sr. Adhemar de Barros, com que dedicação, com que presteza. E o P.T.B. serve ao Presidente João Goulart, homem atacado por todo o mundo pelas suas tendências reformadoras, homem que pretende reformar as estruturas, que pretende, de fato, dar uma viravolta na essência das estruturas do país. O P.T.B. lá se encontra, com o Presidente João Goulart, na esquerda, e com o Sr. Adhemar de Barros, na direita, acendendo a sua velinha a Deus e trazendo a mesma velinha para colocá-la nas mãos do Demônio.

O P.T.B. é um partido formidável, é uma coisa que não tem paralelo na história política do País. Começou sob a égide de uma política séria sob uma bandeira digna, de esperança para o proletariado brasileiro. Nasceu das pregações de Getúlio Vargas e converteu-se no maior cabide de empregos que esta Nação já teve, na maior concentração de clientelistas que o Brasil já pôde ver até os dias que correm.

O PTB nada mais faz em matéria de previdência social, de promoção para o proletariado. Nada mais faz para melhorar as condições de vida do povo brasileiro. Luta por empregos no Governo Federal; luta por empregos no Governo do Estado e luta por empregos em todos os governos que a sua frente se apresentam. E' o tal PTB fisiológico, de quem falam os petebistas ideológicos. E parece que o PTB fisiológico tem uma farta representação na Assembléa uma comvente representação.

Eu nunca vi um partido mais governista do que o PTB, por que o PSD sempre foi governista. Ninguém se surpreende quando o PSD é governo, quando o deputado Luciano Nogueira Filho defende o Governo desta tribuna. Defender o governo é tradição do PSD. Mas, o PTB não. Esperávamos que se portasse com dignidade, segurando a bandeira, amparando a bandeira que lhe foi posta às mãos por Getúlio Vargas. Mas, não. O P.T.B. virou P.S.D. sem classe um P.S.D. sem categoria que tem o partido do deputado Luciano Nogueira Filho, que soube dar um Secretário como este que aí está, o nobre deputado Juvenal Rodrigues de Moraes, que achou uma fórmula alta para não seguir Kubitschek. Disse que desta vez seguirá um candidato de São Paulo, candidato do qual é o Secretário de Estado...

Então, desta vez, como da outra, o Presidente Kubitschek ficará chupando os dedos face ao PSD de São Paulo, se outras forças não ocorrerem para sustentar a sua bandeira, o que acontecerá sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência lembra ao nobre deputado Cardoso Alves que restam cinco minutos de seu tempo.

O SR. CARDOSO ALVES — Oito anos de jejum, lembrou o nobre deputado Luciano Nogueira Filho.

O SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — (Com assentimento do orador) —

Oito anos de jejum que esperam V. Exas., depois de oito anos em que o P.D.C. tendo comido no coxo farto do Palácio dos "Campos Elisios" habituou-se e ficou de boca torta. De modo que os esperneios de V. Exa., acho que são perfeitamente justificáveis. O P.D.C. que se acostumou a ser governo, que esqueceu os seus princípios de democracia cristã, que apoia todas as campanhas em que se envolveram os dois últimos governos de São Paulo, agora, privado das benesses das mercês do governo, ve os seus diretórios se desmilinguarem pelo interior inteiro. O P.D.C. que inchou em oito anos, agora está desinchando, porque não tem mais onde mamar. De modo que, nobre deputado Cardoso Alves, nós todos aqui assistimos aos reclamos de V. Exa., as manifestações de V. Exa., violentas, contra aqueles que V. Exa. supõe que são adversários de seu partido, e os compreendemos perfeitamente. O P.D.C. já provou o gosto do poder e agora não pode mais viver longe do poder.

O SR. CARDOSO ALVES — Prefiriria esta expressão "já provou o gosto do poder" àquela que V. Exa. usou inicialmente — "Fartou-se no coxo governamental". Agora, V. Exa. readquire a classe, a fleugma britânica de aplacentar exímio ao esgrimir suas idéias. Antes não. V. Exa. veio irritado. Veio irritado, mas não me contou se fica com Kubitschek ou com Adhemar. Eu esperava que V. Exa. viesse se definir, se fica com Kubitschek ou com Adhemar. V. Exa. procurou, pura e simplesmente, evitar ser fulero da questão, desbordando a assunto, para tentar dar umas boas pauladas na cabeça do P.D.C. O P.D.C. não é como V. Exa. diz. Boa parte do P.D.C. acompanha o PSD, acompanha o PTB. Boa parte dos nossos deputados também comparece perante os "Campos Elisios" com o seu chapuzinho na mão pretendendo favores do governo. Portanto, não estou defendendo o P.D.C. estou defendendo a minha posição e a posição de con-